FORMULÁRIO – PRODUÇÃO TÉCNICA DHJUS – PRODUTOS DE TCC

TÍTULO DO TCC: VÍTIMAS DO FEMICÍDIO NA COMARCA DE PORTO VELHO: QUEM SOMOS, COMO SOMOS AGREDIDAS, QUEM NOS AGRIDE E COMO A JUSTIÇA NOS TRATA

ALUNO: SAMILE DIAS CARVALHO

TÍTULO DO PRODUTO: MAPA DA VIOLÊNCIA: HOMICÍDIO DE MULHERES NA COMARCA DE PORTO VELHO

NATUREZA: Relatório

PROJETO DE PESQUISA: Estudo dos impactos do uso de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento: impactos sociais, econômicos e nos negócios.

NÚMERO DE PÁGINAS: 42

IDIOMA: Português

FINALIDADE: O primeiro Mapa da Violência Homicídio de Mulheres na Comarca de Porto Velho tem como objetivo oferecer dados sistematizados sobre os crimes ocorridos na comarca a gestores, comunidade e demais organizações, para informar e instar a adoção de medidas de combate ao crime de femicídio/feminícidio.

DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO: Real.

Com relação aos dados de feminicídio, são apresentados dados dos aspectos processuais, perfil das vítimas, perfil dos agressores e do contexto da agressão. A sistematização dos dados permite uma leitura mais acurada sobre os crimes, permitindo que os gestores, comunidade e demais organizações possam realizar trabalhos de prevenção no grupo mais vulnerável.

HÁ REGISTRO/DEPÓSITO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL?

URL: não há

OBSERVAÇÕES:

A violência contra a mulher é algo pujante e uma estratégia jurídica para o combate daquela violência que resulta em morte (ou tentativa) foi a tipificação desse tipo de crime como feminícidio. Contudo, acontece que todo o país carece desses dados. Assim, apesar da ocorrência frequente na região de Porto Velho, não haviam estatísticas mais aprofundadas sobre a temática.

Assim, os dados aqui relatados são provenientes dos processos distribuídos nos anos de 2015 a 2017 entre as duas Varas competentes para apuração e julgamento dos crimes contra a vida da comarca de Porto Velho (1ª e 2ª Vara do Júri da Comarca de Porto Velho).

A comarca de Porto Velho é composta por três municípios: Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã d'Oeste, além de nove distritos: Abunã, Calama, Extrema de Rondônia, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã. A pesquisa contemplou os dados referentes a toda essa extensão territorial.

São apresentados dados dos aspectos processuais, perfil das vítimas, perfil dos agressores e do contexto da agressão.

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA

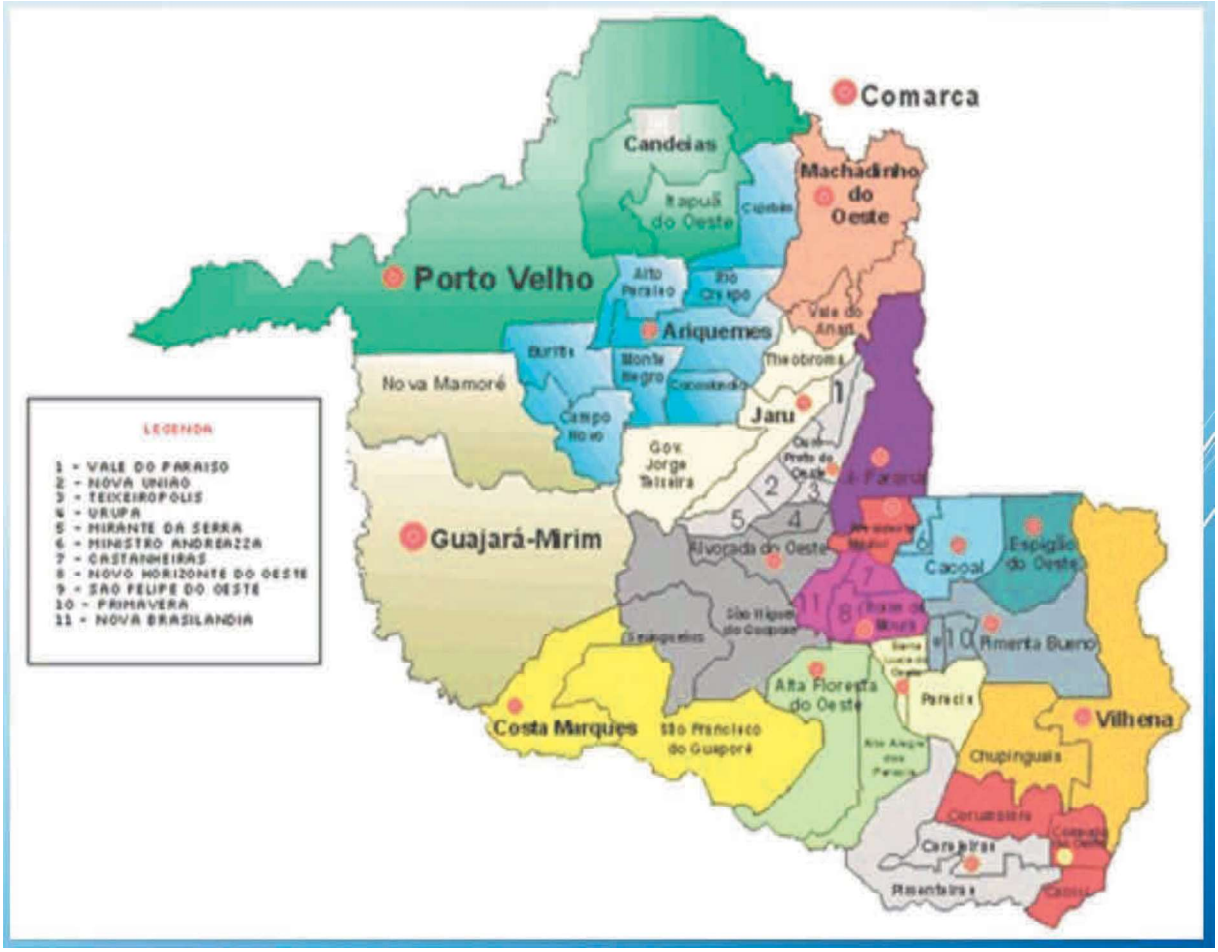
Mestrado Profissional Interdisciplinar

DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO DA JUSTIÇA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU

MAPA DA VIOLÊNCIA

HOMICÍDIO DE MULHERES NA COMARCA DE PORTO VELHO



Fonte: https://jornalgeografico.blogspot.com/2016/11/geografia-de-rondonia-localizacao.html

Sumário

APRESENTAÇÃO 3
INTRODUÇÃO 4
ASPECTOS PROCESSUAIS 5
PERFIL DAS VÍTIMAS 9
PERFIL DOS AGRESSORES 19
CONTEXTO DA AGRESSÃO 28
CONSIDERAÇÕES 37
RECOMENDAÇÕES 42

APRESENTAÇÃO

Apresentamos o primeiro Mapa da Violência Homicídio de Mulheres na Comarca de Porto Velho, que tem como objetivo oferecer dados sistematizados sobre os crimes ocorridos na comarca e apresentar aos gestores, comunidade e demais organizações para informar e instar a adoção de medidas de combate ao crime de femicídio/feminícidio.

O trabalho é consequência da pesquisa intitulada "Vítimas do Femicídio na comarca de Porto Velho: quem somos, como somos agredidas, quem nos agride e como a justiça nos trata" do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar de Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça da Universidade Federal de Rondônia em parceria com a Escola da Magistratura de Rondônia.

Os dados aqui relatados são provenientes dos processos distribuídos nos anos de 2015 a 2017 entre as duas Varas competentes para apuração e julgamento dos crimes contra a vida da comarca de Porto Velho (1ª e 2ª Vara do Júri da Comarca de Porto Velho).

A comarca de Porto Velho é composta por três municípios: Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã d'Oeste, além de nove distritos: Abunã, Calama, Extrema de Rondônia, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã. A pesquisa contemplou os dados referentes a toda essa extensão territorial.

A sistematização dos dados permite uma leitura mais acurada sobre os crimes dessa natureza, permitindo que os gestores, comunidade e demais organizações possam realizar trabalhos de prevenção no grupo mais vulnerável.

Ainda pretendemos que o trabalho colabore com a comunidade acadêmica para pesquisas futuras e de quem sabe, continuidade de atualização na produção do Mapa da Violência. Para tanto, os dados estão dispostos de tal maneira a permitir/facilitar a continuação da pesquisa por novos amantes e combatentes quanto ao tema.

Samile Dias Carvalho e Carolina Yukari Veludo Watanabe

Pesquisadoras

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é algo pujante e uma estratégia jurídica para o combate daquela violência que resulta em morte (ou tentativa) foi a tipificação desse tipo de crime como feminícidio.

Além disso, tanto a Convenção de Belém do Pará como a Lei Maria da Penha estabelecem a necessidade de coleta de dados e sua sistematização para avaliar a eficiência de medidas tomadas para prevenir, punir e erradicar esse tipo de transgressão.

Contudo, acontece que todo o país carece desses dados. Assim, apesar da ocorrência frequente na região de Porto Velho, não haviam estatísticas mais aprofundadas sobre a temática.

Desta forma, visando o combate efetivo é que se propôs o estudo sobre os casos existentes a fim de colher os dados e sistematizá-los para subsidiar a tomada de decisões dos gestores na implantação de políticas públicas.

Vale lembrar que o trabalho busca auxiliar quanto às percepções e definição do problema, dentro do ciclo de políticas públicas, permitindo a formulação dos programas com parâmetros acerca dos beneficiários e recursos envolvidos necessários ao seu combate.

Ademais, outras organizações, como terceiro setor, podem utilizar as informações aqui prestadas para colaborar no combate a violência contra a mulher.

Os dados foram classificados em quatro categorias: aspectos processuais, perfil das vítimas, perfil dos agressores e contexto da agressão.

Por fim, observa-se que o trabalho utiliza o termo **femicídio** como o homicídio cometido contra a vítima do sexo feminino, e **feminicídio** quando a razão do crime é motivada pela “condição do sexo feminino”, conforme a descrição do Código Penal Brasileiro.

ASPECTOS PROCESSUAIS

Sobre os aspectos processuais a pesquisa indicou que:

- Cerca de quase 20% dos processos iniciados nas Varas do Júri da comarca de Porto Velho apresentam pelo menos uma vítima do sexo feminino.

- Quase metade (45,19%) dos processos com vítimas do sexo feminino tiveram a qualificadora do feminicídio inserida na denúncia do Ministério Público do Estado de Rondônia.

- Cerca de 34,78% dos processos iniciados como feminícidio tiveram condenação.

- A pena média para os casos de feminícidio é de 15 anos 6 meses e 15 dias de reclusão, enquanto para a tentativa é de 7 anos e 9 meses de reclusão.

- Dos processos com vítimas do sexo feminino 78,85% apresentaram uma única vítima.

Apresentamos abaixo os gráficos e tabelas relacionados aos dados mencionados:

Tabela 1: Número de processos distribuídos e sexo da vítima

Processos distribuídos e sexo da vítima	2015	2016	2017
pelo menos 1 vítima do sexo feminino	32	31	50
apenas do sexo masculino	144	122	207
total	176	153	257

Obs.: Apesar da constatação de que em 113 processos havia pelo menos uma vítima do sexo feminino a pesquisa teve acesso a somente 104 processos físicos, dos quais os próximos dados são apresentados.

Tabela 2: Percentual de processos distribuídos e sexo da vítima

Percentual de processos distribuídos e sexo da vítima	2015	2016	2017
pelo menos 1 vítima do sexo feminino	18,18%	20,26%	19,45%
apenas do sexo masculino	81,82%	79,74%	80,55%

Gráfico 1: Número de processos distribuídos e sexo da vítima

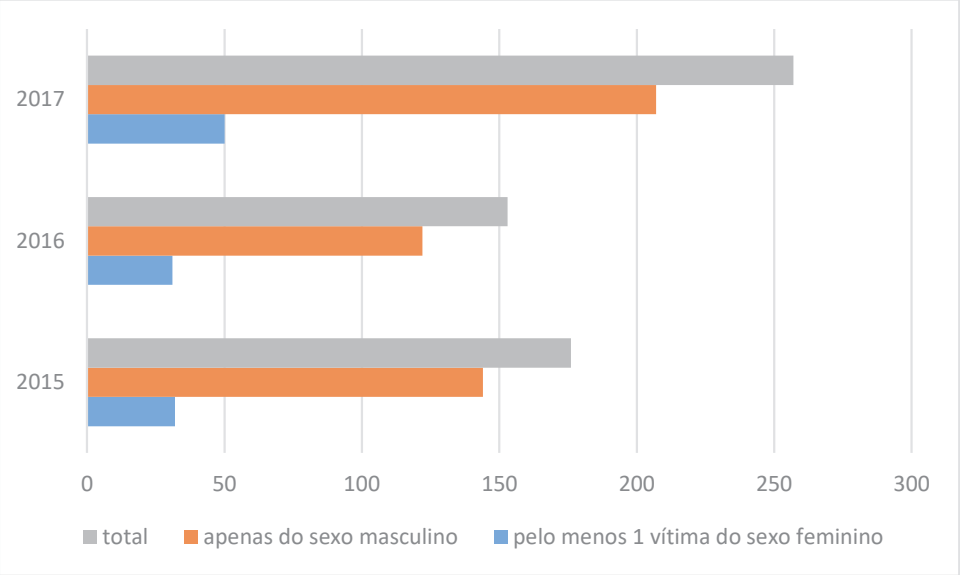


Tabela 3: Capitulação legal nos processos

Capitulação legal nos processos	2015	2016	2017
homicídio simples	8	3	7
homicídio privilegiado	1	1	1
homicídio qualificado (outros)	11	12	13
feminicídio	9	13	25
total	29	29	46

Tabela 4: Percentual capitulação legal nos processos

Percentual capitulação legal	2015	2016	2017
homicídio simples	27,59%	10,34%	15,22%
homicídio privilegiado	3,45%	3,45%	2,17%
homicídio qualificado (outros)	37,93%	41,38%	28,26%
feminicídio	31,03%	44,83%	54,35%

Gráfico 2: Evolução da capitulação legal nos processos

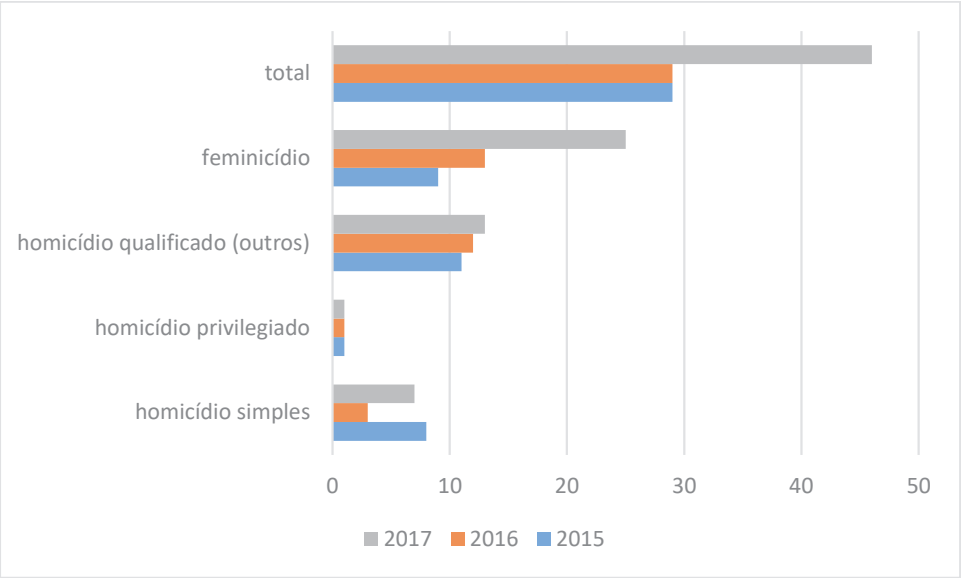


Tabela 5: Resultado dos processos de feminicídio

Resultado dos processos de feminicídio	2015	2016	2017
condenação	7	6	3
absolvição	0	0	4
desqualificação	1	1	3
desclassificação	1	3	12
em trâmite	0	2	3
total	9	12	25

Obs. 1: Um processo iniciado em 2016 foi extinto pela morte do agressor, por esse motivo não constou na relação da tabela 5 e seguintes.

Obs. 2: A pesquisa considerou como desqualificado àqueles processos em que a qualificadora de feminicídio foi retirada, contudo manteve-se como crime de homicídio. E como desclassificado àqueles processos em que a conduta foi considerada como outro tipo de crime, geralmente lesão corporal.

Tabela 6: Percentual dos processos de feminicídio

Percentual resultado dos processos de feminicídio	2015	2016	2017
condenação	77,78%	50,00%	12,00%
absolvição	0,00%	0,00%	16,00%
desqualificação	11,11%	8,33%	12,00%
desclassificação	11,11%	25,00%	48,00%
em trâmite	0,00%	16,67%	12,00%

Gráfico 3: Resultado dos processos de feminicídio

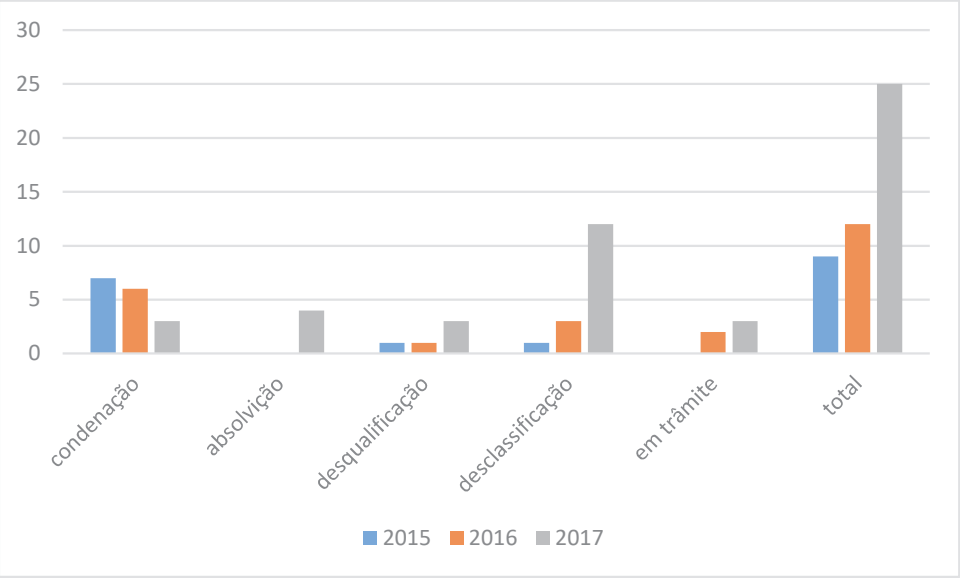


Tabela 7: Pena média nos processos do feminicídio

Pena média para o feminicídio	2015	2016	2017
consumado	**15 anos e 5 meses**	**15 anos 11 meses e 28 dias**	**12 anos e 6 meses**
tentado	7 anos e 8 meses	0	8 anos

Obs.: Um caso de tentativa de feminicídio iniciado em 2017 apresentou tempo de pena muito mais elevado (13 anos e 4 meses) e foi excluído para o cálculo da média.

Tabela 8: Número de vítimas nos processos

Número de vítimas nos processos	2015	2016	2017
apenas 1	**21**	**22**	**39**
mais de 1	**8**	**7**	**7**

Obs. 1: Número de vítimas diretas, também classificadas como vítimas nos processos judiciais, ou seja, que também sofreram agressão.

Obs. 2: Em 22 casos dos 104 estudados houve mais uma vítima. A segunda vítima foi o parceiro de um novo relacionamento (8 casos), parentes (7 casos), amigos (6 casos) e desconhecido (1 caso).

Obs. 3: Em 5 casos a segunda vítima também era uma mulher, contudo, em apenas 3 a segunda vítima sofreu femicídio ou tentativa. Assim, foi utilizado para os demais aspectos da pesquisa o total de 107 vítimas.

Tabela 9: Percentual do número de vítimas nos processos

Percentual do número de vítimas nos processos	2015	2016	2017
apenas 1	72,41%	75,86%	84,78%
mais de 1	27,59%	24,14%	15,22%

PERFIL DAS VÍTIMAS

As informações coletadas em relação ao perfil das vítimas dão conta que:

- Mais de 50% das vítimas está na faixa etária de 18 a 32 anos.
- Aproximadamente 52% das vítimas era solteira.
- A zona de maior residência das vítimas é a zona 4[1] (bairros: Aponiã, Juscelino Kubitschek, Tiradentes, Cascalheira, Cuniã, Escola de Polícia, Igarapé, Lagoinha, Planalto, Tancredo Neves, Teixeirão, Três Marias, Pantanal, Esperança da Comunidade e Maringá) de Porto Velho, com 25% das vítimas.
- Vítimas não escolarizadas representaram 11%, e com ensino fundamental 55%.
- Mais de 25% das vítimas não possuíam renda, por ser “do lar”, estudante ou desempregada.
- Grande parte das vítimas, cerca de 74%, possui ao menos um filho.
- Em 52% dos casos os filhos são comuns com o agressor.
- Cerca de 65% dos filhos são crianças (até 11 anos), a faixa etária de maior recorrência é de 2 a 5 anos.

Apresentamos abaixo os gráficos e tabelas relacionados aos dados mencionados:

[1]Zona classificada de acordo com < https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/docman/mapadezonasurbanasconformelein.097-99.pdf>. Acesso em 10/01/19.

Tabela 10: Idade das vítimas

Idade das vítimas	2015	2016	2017
< 18	1	3	6
18 a 22	5	3	10
23 a 27	2	9	7
28 a 32	4	4	10
33 a 37	6	2	9
38 a 42	4	0	3
43 a 47	2	2	0
48 a 52	2	4	1
53 >	3	2	1

Obs.: Em dois casos (ambos iniciados em 2017) não foi possível a coleta da informação quanto a idade da vítima.

Tabela 11: Percentual da idade das vítimas

Percentual da idade das vítimas	2015	2016	2017
< 18	3,45%	10,34%	12,77%
18 a 22	17,24%	10,34%	21,28%
23 a 27	6,90%	31,04%	14,89%
28 a 32	13,79%	13,79%	21,28%
33 a 37	20,69%	6,90%	19,15%
38 a 42	13,79%	0,00%	6,37%
43 a 47	6,90%	6,90%	0,00%
48 a 52	6,90%	13,79%	2,13%
53 >	10,34%	6,90%	2,13%

Gráfico 4: Percentual da idade das vítimas

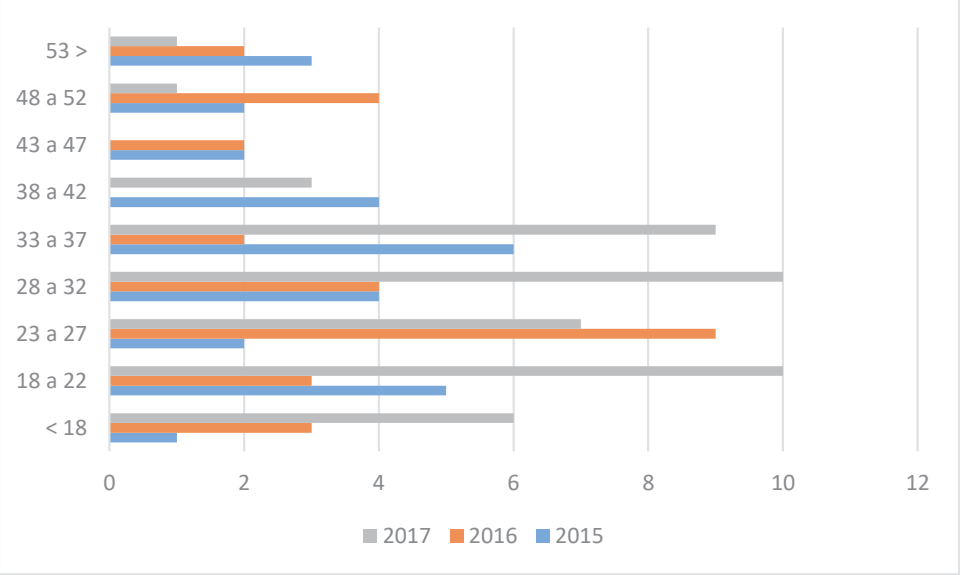


Tabela 12: Estado civil das vítimas

Estado civil das vítimas	2015	2016	2017
solteira	17	10	29
união estável	10	16	18
casada	2	3	1

Obs.: A informação não foi obtida em um caso iniciado em 2017.

Tabela 12: Percentual do estado civil das vítimas

Percentual do estado civil das vítimas	2015	2016	2017
solteira	58,62%	34,48%	60,42%
união estável	34,48%	55,17%	37,50%
casada	6,90%	10,35%	2,08%

Gráfico 5: Percentual do estado civil das vítimas

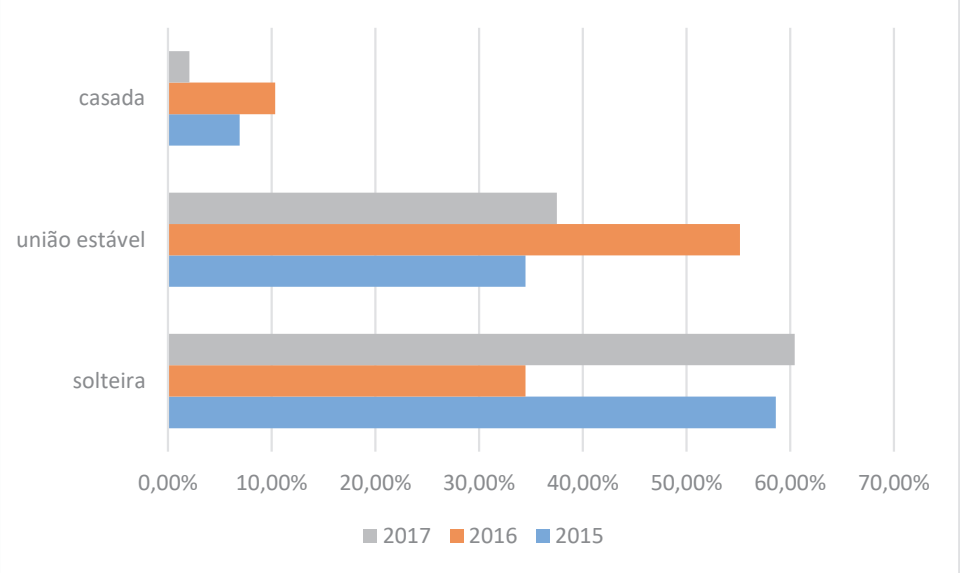


Tabela 13: Residência das vítimas

Residência das vítimas	2015	2016	2017
Porto Velho	24	18	39
Candeias do Jamari	0	6	8
Itapuã d'Oeste	0	1	0
Distritos	4	4	2
outros	1	0	0

Obs. 1. A comarca de Porto Velho é composta por 3 cidades (Porto Velho, Candeias do Jamari e Itapuã d'Oeste) e nove distritos (Abunã, Calama, Extrema de Rondônia, Fortaleza do Abunã, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã)

Obs. 2. Os distritos que apresentaram vítima são: Extrema, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Nova Califórnia e União Bandeirantes.

Tabela 14: Percentual residência das vítimas

Percentual residência das vítimas	2015	2016	2017
Porto Velho	82,76%	62,07%	79,60%
Candeias do Jamari	0,00%	20,69%	16,33%
Itapuã d'Oeste	0,00%	3,45%	0,00%
Distritos	13,79%	13,79%	4,07%
outros	3,45%	0,00%	0,00%

Figura 1 – Zonas da região urbana de Porto Velho

Fonte: https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/docman/mapadezonasurbanasconformelein.097-99.pdf

Obs. A figura 1 foi utilizada como critério definidor das zonas urbanas da cidade Porto Velho.

Tabela 15: Residência das vítimas por zona de Porto Velho

Residência das vítimas por zona de Porto Velho	2015	2016	2017
zona 1	4	4	3
zona 2	2	1	6
zona 3	4	3	9
zona 4	5	5	10
zona 5	4	2	3
sem zona definida	4	1	4
outros bairros	1	1	2
zona rural	0	1	2

Obs. Em outros bairros estão os indicados como Ayrton Senna e Monte Sinai

Tabela 16: Percentual residência das vítimas por zona de Porto Velho

Percentual residência das vítimas por zona de Porto Velho	2015	2016	2017
zona 1	16,67%	22,22%	7,69%
zona 2	8,33%	5,55%	15,38%
zona 3	16,67%	16,67%	23,08%
zona 4	20,83%	27,78%	25,64%
zona 5	16,67%	11,13%	7,69%
sem zona definida	16,67%	5,55%	10,26%
outros bairros	4,16%	5,55%	5,13%
zona rural	0,00%	5,55%	5,13%

Gráfico 6: Percentual residência das vítimas por zona de Porto Velho

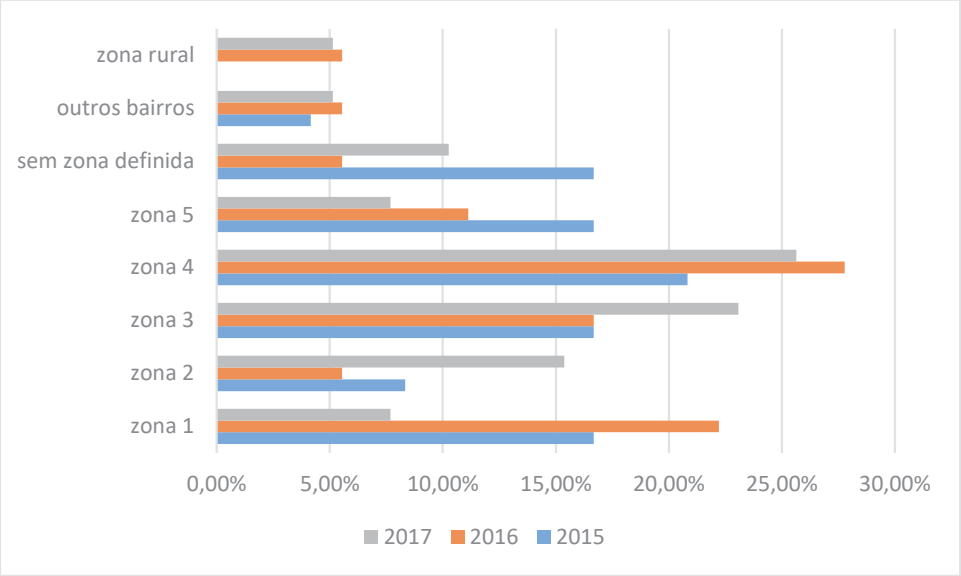


Tabela 17: Escolaridade das vítimas

Escolaridade das vítimas	2015	2016	2017
não alfabetizada	1	1	0
alfabetizada	0	0	2
ensino fundamental	4	6	10
ensino médio	5	3	4
não informado	19	19	33

Tabela 18: Percentual da escolaridade das vítimas

Percentual da escolaridade das vítimas	2015	2016	2017
não alfabetizada	3,45%	3,45%	0,00%
alfabetizada	0,00%	0,00%	4,08%
ensino fundamental	13,79%	20,69%	20,41%
ensino médio	17,24%	10,34%	8,16%
não informado	65,52%	65,52%	67,35%

Gráfico 7: Percentual escolaridade das vítimas

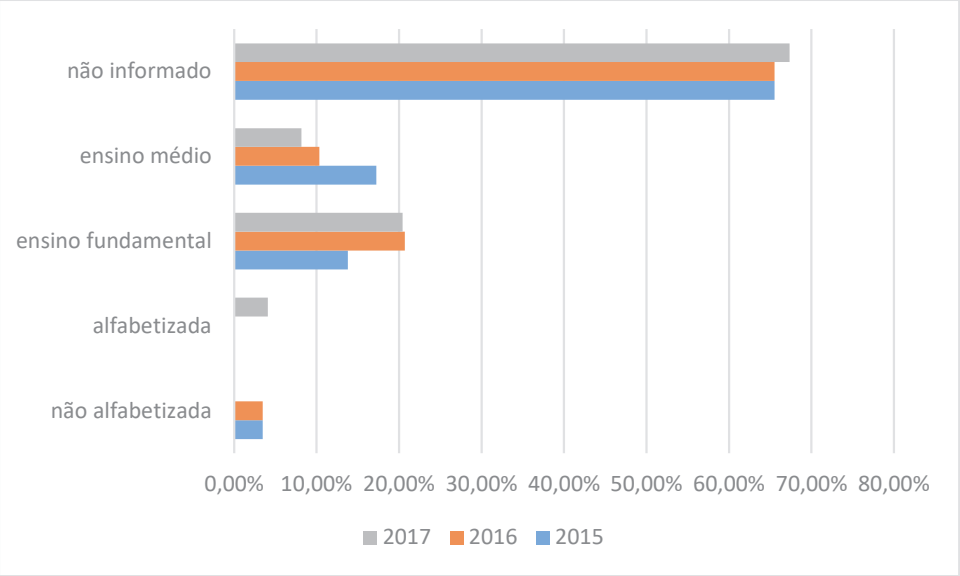


Tabela 19: Profissão das vítimas

Profissão das vítimas	2015	2016	2017
estudante	0	3	6
"do lar"	4	4	7
desempregada	0	2	1
cabeleireira/manicure	1	1	1
atendente/auxiliar administrativo	1	1	3
comerciante/vendedora/autônoma	1	1	5
diarista/doméstica	1	2	4
agricultora/pescadora/caseira	0	3	1
cozinheira/padeira/copeira	2	1	3
zeladora/serviços gerais	2	1	1
outros	4	2	5
não informado	13	8	12

Obs. Na categoria de outros estão incluídos as profissões mencionadas de aposentada, corretora de imóveis, frentista, garçonete, pedreira, prostituta, servidora pública e vigilante.

Tabela 20: Percentual profissão das vítimas

Profissão das vítimas	2015	2016	2017
estudante	0,00%	10,34%	12,24%
"do lar"	13,79%	13,79%	14,29%
desempregada	0,00%	6,90%	2,04%
cabeleireira/manicure	3,45%	3,45%	2,04%
atendente/auxiliar administrativo	3,45%	3,45%	6,12%
comerciante/vendedora/autônoma	3,45%	3,45%	10,20%
diarista/doméstica	3,45%	6,90%	8,16%
agricultora/pescadora/caseira	0,00%	10,34%	2,04%
cozinheira/padeira/copeira	6,90%	3,45%	6,12%
zeladora/serviços gerais	6,90%	3,45%	2,04%
outros	13,79%	6,90%	10,20%
não informado	44,82%	27,58%	24,51%

Gráfico 8: Percentual profissão das vítimas

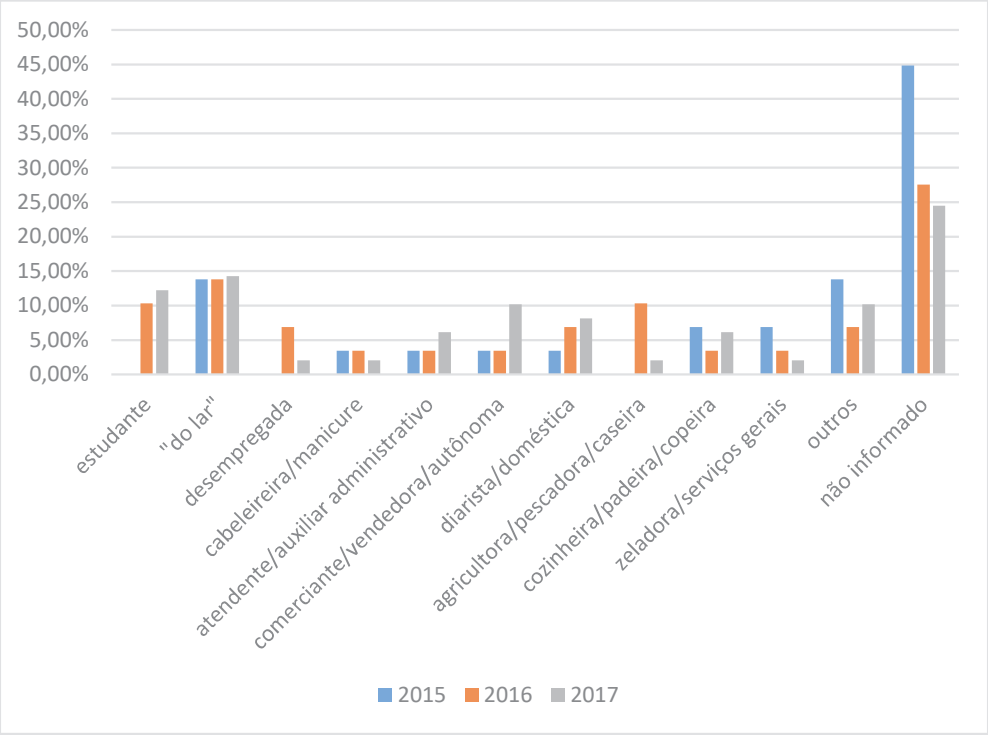


Tabela 21: Vítimas e filhos

Vítimas e filhos	2015	2016	2017
com filhos	20	20	21
sem filhos	2	5	14
não informado	7	4	14

Obs. 5 vítimas estavam gestantes na época da agressão.

Tabela 22: Percentual de vítimas e filhos

Percentual de vítimas e filhos	2015	2016	2017
com filhos	68,97%	68,97%	42,86%
sem filhos	6,90%	17,24%	28,57%
não informado	24,13%	13,79%	28,57%

Gráfico 9: Percentual de vítimas e filhos

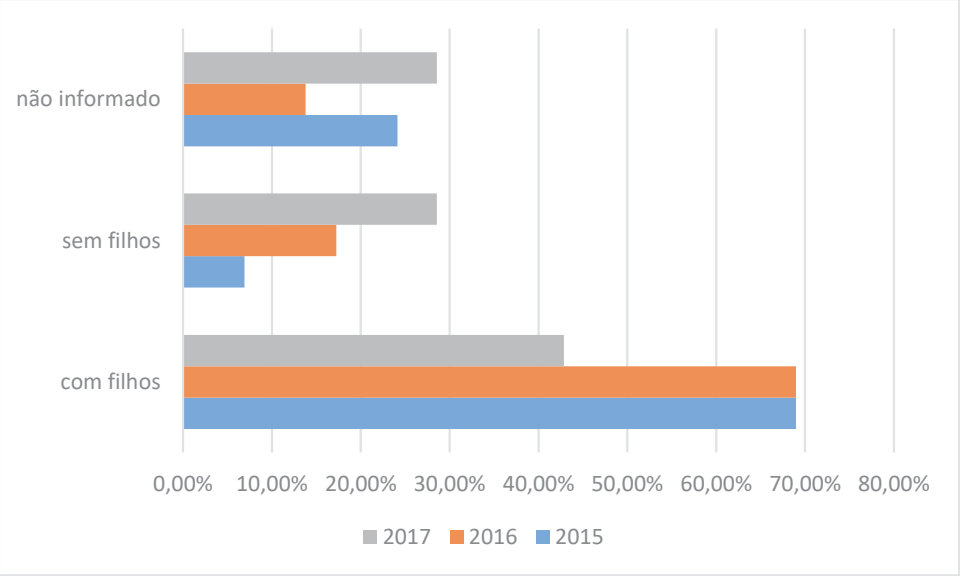


Tabela 23: Vítimas com filhos comuns ao agressor e exclusivos

Vítimas com filhos	2015	2016	2017
ao menos um filho comum	10	13	9
somente filhos exclusivos	10	7	12

Tabela 24: Percentual de vítimas com filhos comuns ao agressor e exclusivos

Percentual vítimas com filhos	2015	2016	2017
ao menos um filho comum	50%	65%	42,86%
somente filhos exclusivos	50%	35%	57,14%

Gráfico 10: Percentual vítimas com filhos comuns ao agressor e exclusivos

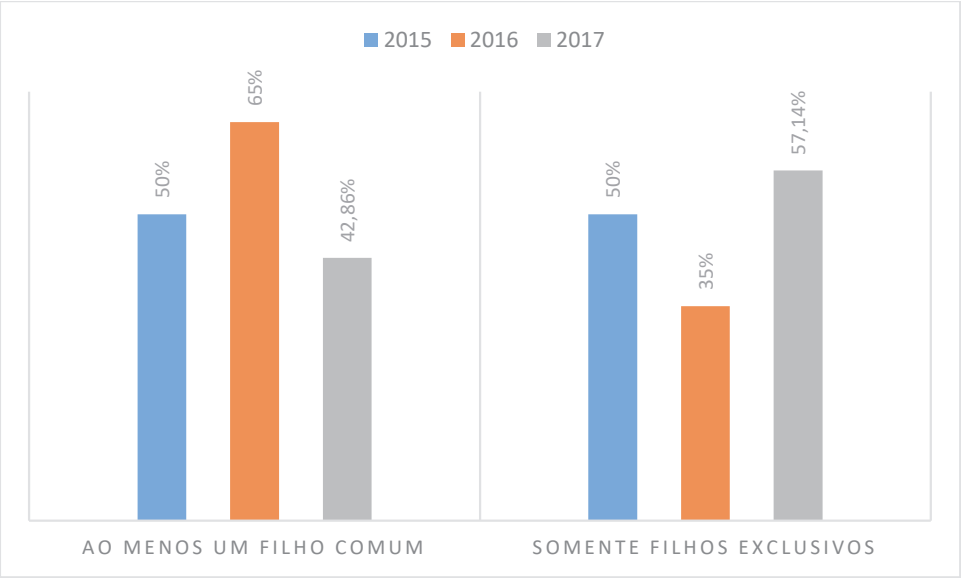


Tabela 25: Idade dos filhos das vítimas

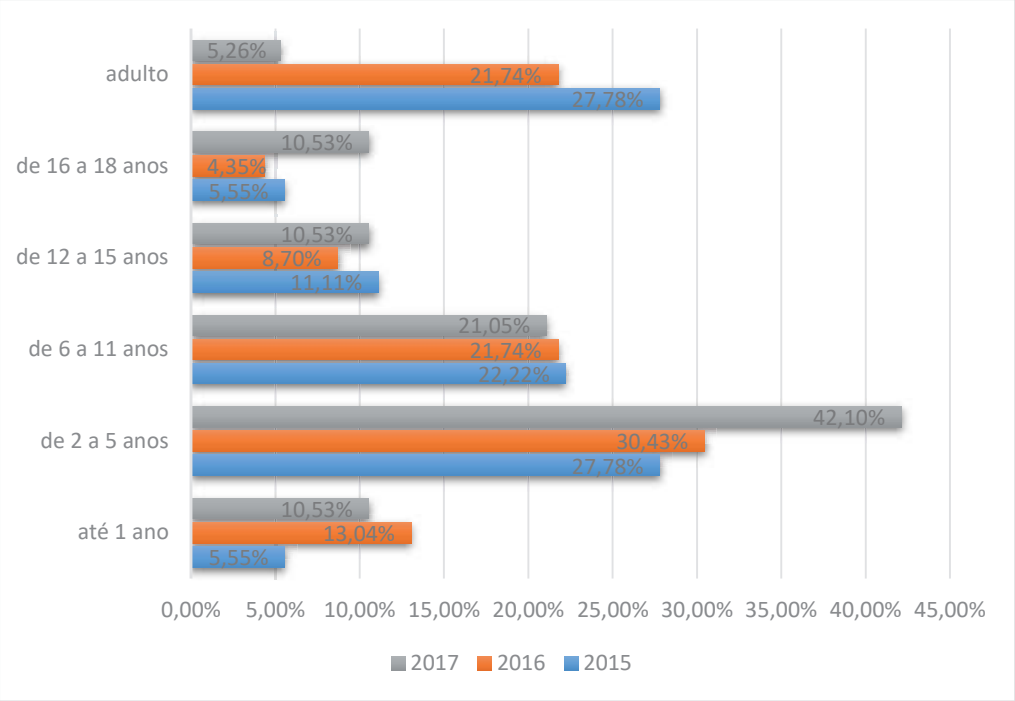
Idade dos filhos das vítimas	2015	2016	2017
até 1 ano	1	3	2
de 2 a 5 anos	5	7	8
de 6 a 11 anos	4	5	4
de 12 a 15 anos	2	2	2
de 16 a 18 anos	1	1	2
adulto	5	5	1

Obs. A informação foi coletada apenas em 38 casos.

Tabela 26: Percentual da idade dos filhos das vítimas

Idade dos filhos das vítimas	2015	2016	2017
até 1 ano	5,55%	13,04%	10,53%
de 2 a 5 anos	27,78%	30,43%	42,10%
de 6 a 11 anos	22,22%	21,74%	21,05%
de 12 a 15 anos	11,11%	8,70%	10,53%
de 16 a 18 anos	5,55%	4,35%	10,53%
adulto	27,78%	21,74%	5,26%

Gráfico 11: Percentual da idade dos filhos



PERFIL DOS AGRESSORES

Em relação ao perfil dos agressores a pesquisa indicou que:

- Mais de 93% dos agressores são do sexo masculino.
- Aproximadamente 61% dos agressores tiveram relação amorosa com as vítimas (atuais ou exs).
- A faixa etária de maior incidência dos agressores é de 23 a 27 anos com quase 22%, seguida pela faixa de 18 a 22 anos com 19,27%.
- A união estável foi o estado civil de mais de 48% dos agressores.
- Cerca de 37% dos agressores residiam com a vítima.
- A zona de maior residência dos agressores é a zona 4 (bairros: Aponiã, Juscelino Kubitschek, Tiradentes, Cascalheira, Cuniã, Escola de Polícia, Igarapé, Lagoinha, Planalto, Tancredo Neves, Teixeirão, Três Marias, Pantanal, Esperança da Comunidade e Maringá) de Porto Velho com 31%.
- Agressores não escolarizados representaram 8%, e com ensino fundamental 63%.

- A profissão com mais frequência é a de pedreiro ou servente (23%), seguida por serviços gerais (13%)

- Grande parte dos agressores, cerca de 71%, possui ao menos um filho.

Apresentamos abaixo os gráficos e tabelas relacionados aos dados mencionados:

Tabela 27: Sexo do agressor

Sexo do agressor	2015	2016	2017
masculino	29	27	46
feminino	2	2	3

Obs. Em 5 casos houve mais de um agressor, totalizando um universo de 109 agressores.

Tabela 28: Percentual do sexo do agressor

Sexo do agressor	2015	2016	2017
masculino	93,55%	93,10%	93,88%
feminino	6,45%	6,90%	6,12%

Tabela 29: Relação entre agressor e vítima

Relação entre agressor e vítima	2015	2016	2017
atual companheiro	7	15	16
ex-companheiro	11	8	10
parente	1	1	3
conhecido	9	4	17
desconhecido	3	1	3

Obs. 1. Na classe de parente foram encontrados padrasto, cunhado, neto e irmão.

Obs. 2. Os conhecidos eram vizinho, dono de bar frequentado pela vítima, colega de trabalho, amigo da família e esposo de inimiga da vítima.

Tabela 30: Percentual relação entre agressor e vítima

Relação entre agressor e vítima	2015	2016	2017
atual companheiro	22,58%	51,72%	32,65%
ex-companheiro	35,48%	27,59%	20,42%
parente	3,23%	3,45%	6,12%
conhecido	29,03%	13,79%	34,69%
desconhecido	9,68%	3,45%	6,12%

Gráfico 12: Percentual relação entre agressor e vítima

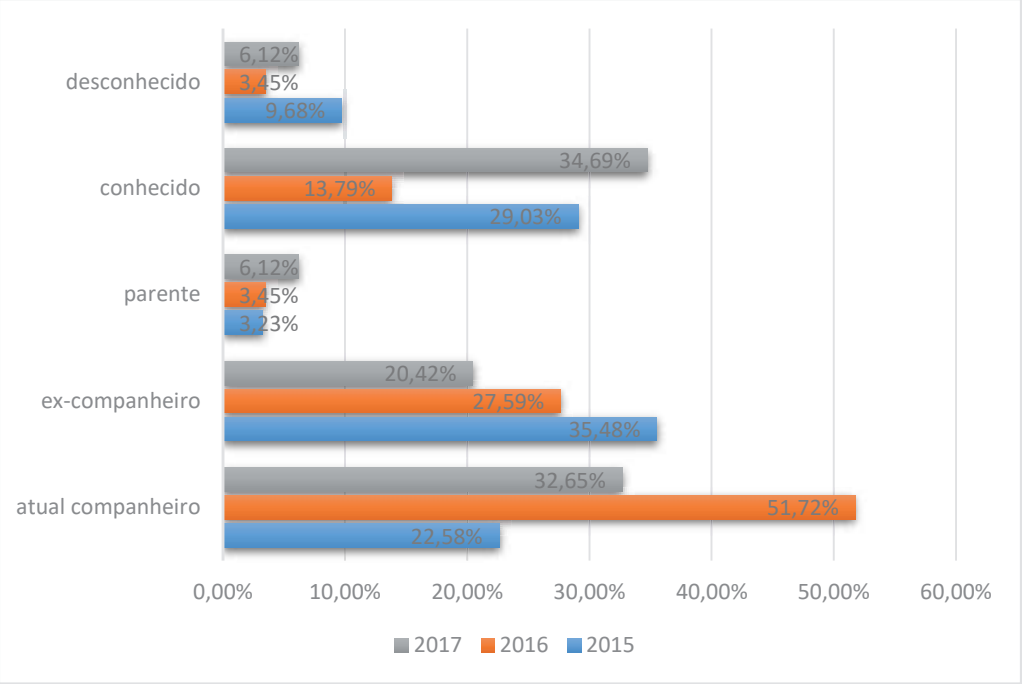


Tabela 31: Idade dos agressores

Idade dos agressores	2015	2016	2017
18 a 22	7	4	10
23 a 27	6	5	13
28 a 32	8	4	4
33 a 37	2	6	10
38 a 42	2	4	5
43 a 47	1	2	2
48 a 52	3	2	1
53 >	2	2	4

Tabela 32: Percentual da idade dos agressores

Percentual da idade dos agressores	2015	2016	2017
18 a 22	22,58%	13,79%	20,42%
23 a 27	19,35%	17,24%	26,52%
28 a 32	25,81%	13,79%	8,16%
33 a 37	6,45%	20,69%	20,42%
38 a 42	6,45%	13,79%	10,20%
43 a 47	3,23%	6,90%	4,08%
48 a 52	9,68%	6,90%	2,04%
53 >	6,45%	6,90%	8,16%

Gráfico 13: Percentual da idade dos agressores

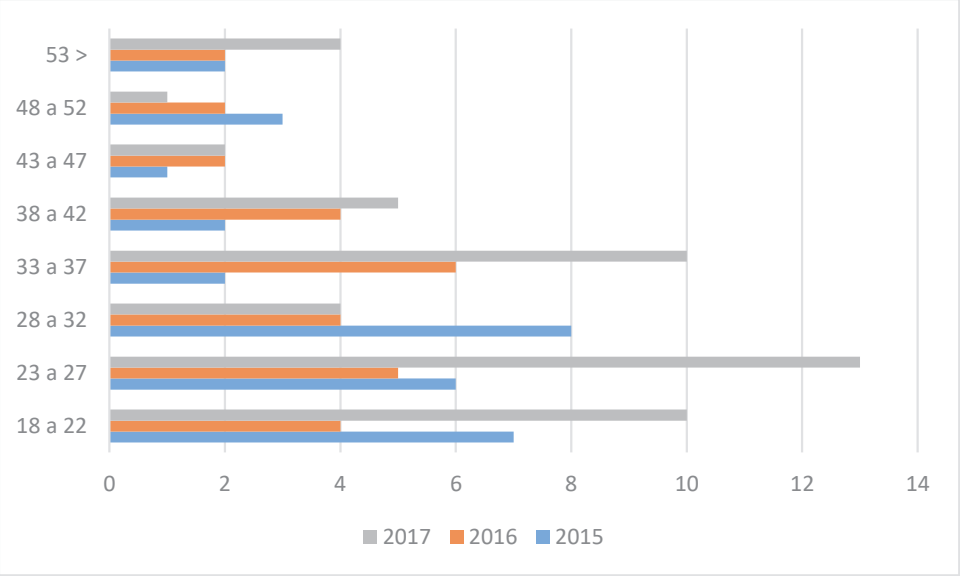


Tabela 33: Estado civil dos agressores

Estado civil dos agressores	2015	2016	2017
solteiro	19	9	22
união estável	12	18	22
casado	0	2	4

Tabela 34: Percentual estado civil dos agressores

Percentual estado civil dos agressores	2015	2016	2017
solteiro	61,29%	31,03%	45,83%
união estável	38,71%	62,07%	45,83%
casado	0,00%	6,90%	8,34%

Gráfico 14: Percentual estado civil dos agressores

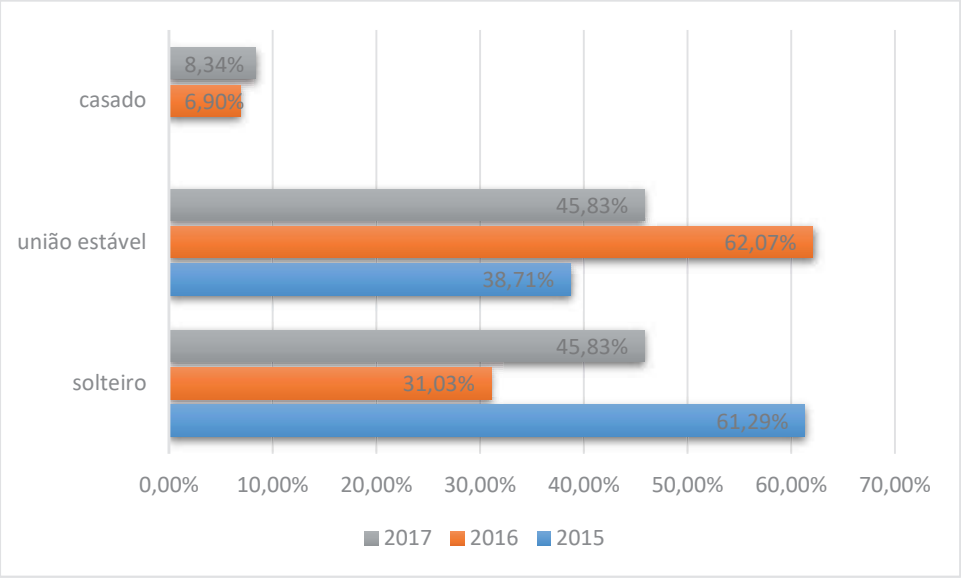


Tabela 35: Endereço do agressor em relação à vítima

Endereço do agressor em relação à vítima	2015	2016	2017
mesmo endereço	10	16	15
diverso	21	13	34

Tabela 36: Percentual endereço do agressor em relação à vítima

Percentual endereço do agressor em relação à vítima	2015	2016	2017
mesmo endereço	32,26%	55,17%	30,61%
diverso	67,74%	44,83%	69,39%

Gráfico 15: Percentual endereço do agressor em relação à vítima

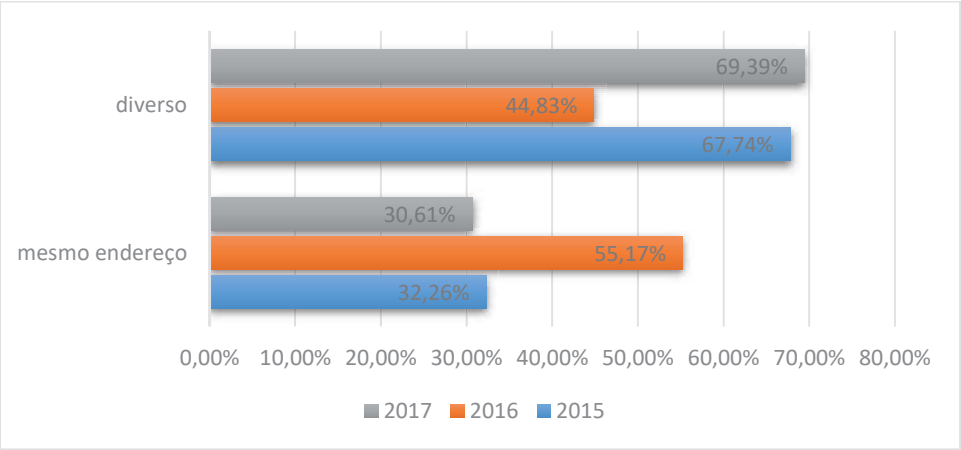


Tabela 37: Residência dos agressores

Residência dos agressores	2015	2016	2017
Porto Velho	25	18	40
Candeias do Jamari	0	6	7
Itapuã d'Oeste	0	1	0
Distritos	5	4	2
outros	1	0	0

Tabela 38: Percentual residência dos agressores

Percentual residência dos agressores	2015	2016	2017
Porto Velho	80,65%	62,07%	81,63%
Candeias do Jamari	0,00%	20,69%	14,28%
Itapuã d'Oeste	0,00%	3,45%	0,00%
Distritos	16,13%	13,79%	4,09%
outros	3,22%	0,00%	0,00%

Tabela 39: Residência dos agressores por zona de Porto Velho

Residência dos agressores por zona de Porto Velho	2015	2016	2017
zona 1	3	3	4
zona 2	2	0	5
zona 3	6	4	9
zona 4	8	6	11
zona 5	2	2	4
sem zona definida	3	0	4
outros bairros	1	2	1
zona rural	0	1	2

Obs. Em outros bairros estão Flamboyant, Monte Sinai, Ayrton Senna e Balsa.

Tabela 40: Percentual residência dos agressores por zona de Porto Velho

Percentual residência dos agressores por zona de Porto Velho	2015	2016	2017
zona 1	12,00%	16,67%	10,00%
zona 2	8,00%	0,00%	12,50%
zona 3	24,00%	22,22%	22,50%
zona 4	32,00%	33,33%	27,50%
zona 5	8,00%	11,11%	10,00%
sem zona definida	12,00%	0,00%	10,00%
outros bairros	4,00%	11,11%	2,50%
zona rural	0,00%	5,56%	5,00%

Gráfico 16: Percentual residência dos agressores por zona de Porto Velho

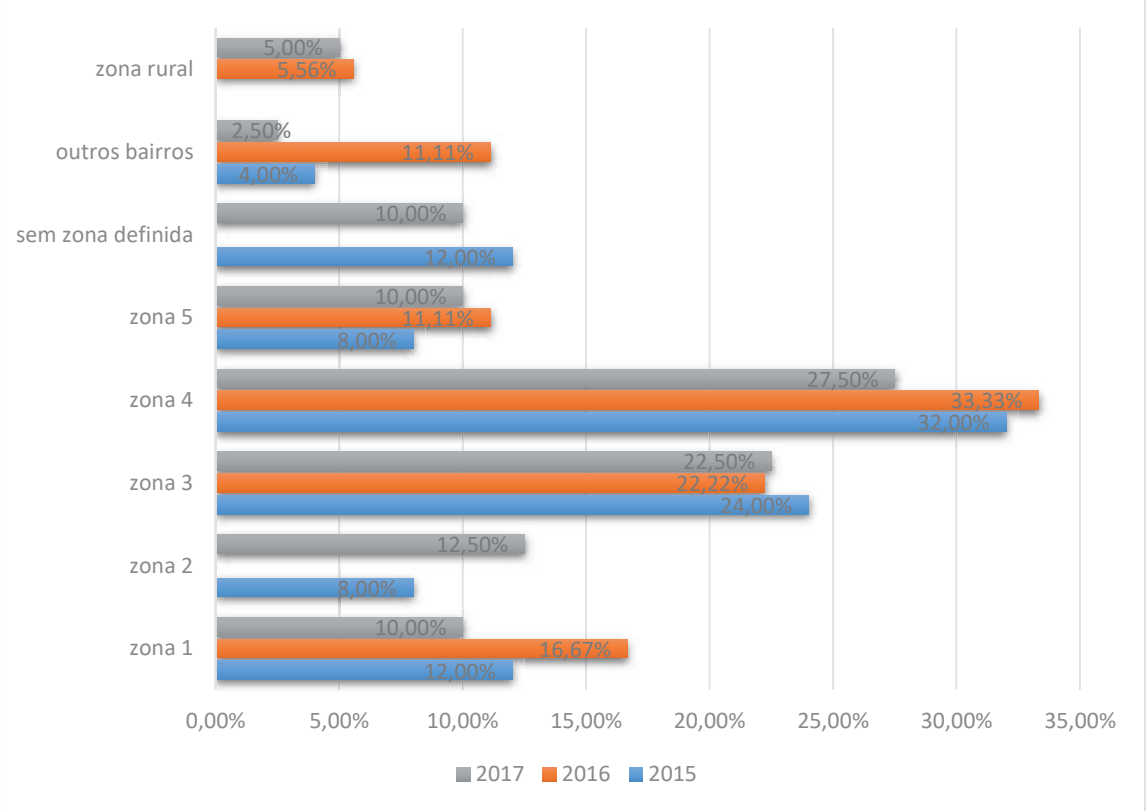


Tabela 41: Escolaridade dos agressores

Escolaridade dos agressores	2015	2016	2017
não alfabetizada	3	1	1
alfabetizada	0	0	2
ensino fundamental	12	14	25
ensino médio	9	7	5
ensino superior	0	0	1
não informado	7	7	15

Tabela 42: Percentual escolaridade dos agressores

Percentual escolaridade dos agressores	2015	2016	2017
não alfabetizada	9,68%	3,44%	2,04%
alfabetizada	0,00%	0,00%	4,08%
ensino fundamental	38,71%	48,28%	51,02%
ensino médio	29,03%	24,14%	10,20%
ensino superior	0,00%	0,00%	2,04%
não informado	22,58%	24,14%	30,62%

Gráfico 17: Percentual escolaridade dos agressores

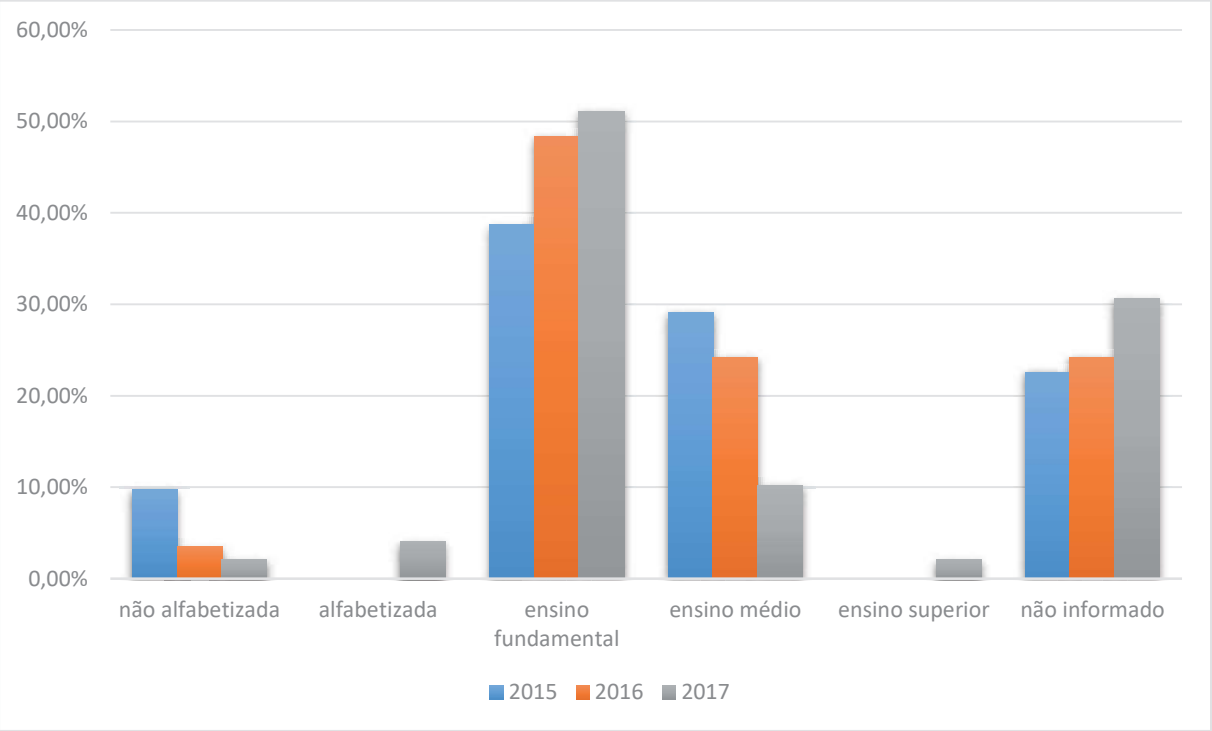


Tabela 43: Profissão dos agressores

Profissão dos agressores	2015	2016	2017
aposentado	1	2	0
autônomo/comerciante/vendedor	3	2	2
caseiro/sitiante	1	1	2
carpinteiro/serrador/marceneiro	3	3	0
desempregado	0	0	2
eletricista	0	0	3
mecânico	2	1	2
militar (policial e exército)	0	2	2
pedreiro/servente	9	7	6
serviços gerais	4	3	6
outros	6	6	14
não informado	2	2	10

Obs. Na categoria de outros estão incluídas as profissões mencionadas de ajudante de lavanderia, armador, borrifador de veneno, cabeleireiro, doméstica, estudante, funcionário público, garçom, gari, instalador de película, lanterneiro, lavador de carros, microscopista, mototaxista, motorista, operador de máquinas pesadas, operador de motosserra, porteiro, salgadeiro e vigilante.

Tabela 44: Percentual profissão dos agressores

Profissão dos agressores	2015	2016	2017
aposentado	3,23%	6,90%	0,00%
autônomo/comerciante/vendedor	9,68%	6,90%	4,08%
caseiro/sitiante	3,23%	3,45%	4,08%
carpinteiro/serrador/marceneiro	9,68%	10,34%	0,00%
desempregado	0,00%	0,00%	4,08%
eletricista	0,00%	0,00%	6,12%
mecânico	6,45%	3,45%	4,08%
militar (policial e exército)	0,00%	6,90%	4,08%
pedreiro/servente	29,03%	24,14%	12,25%
serviços gerais	12,90%	10,34%	12,25%
outros	19,35%	20,68%	28,57%
não informado	6,45%	6,90%	20,41%

Gráfico 18: Percentual profissão dos agressores

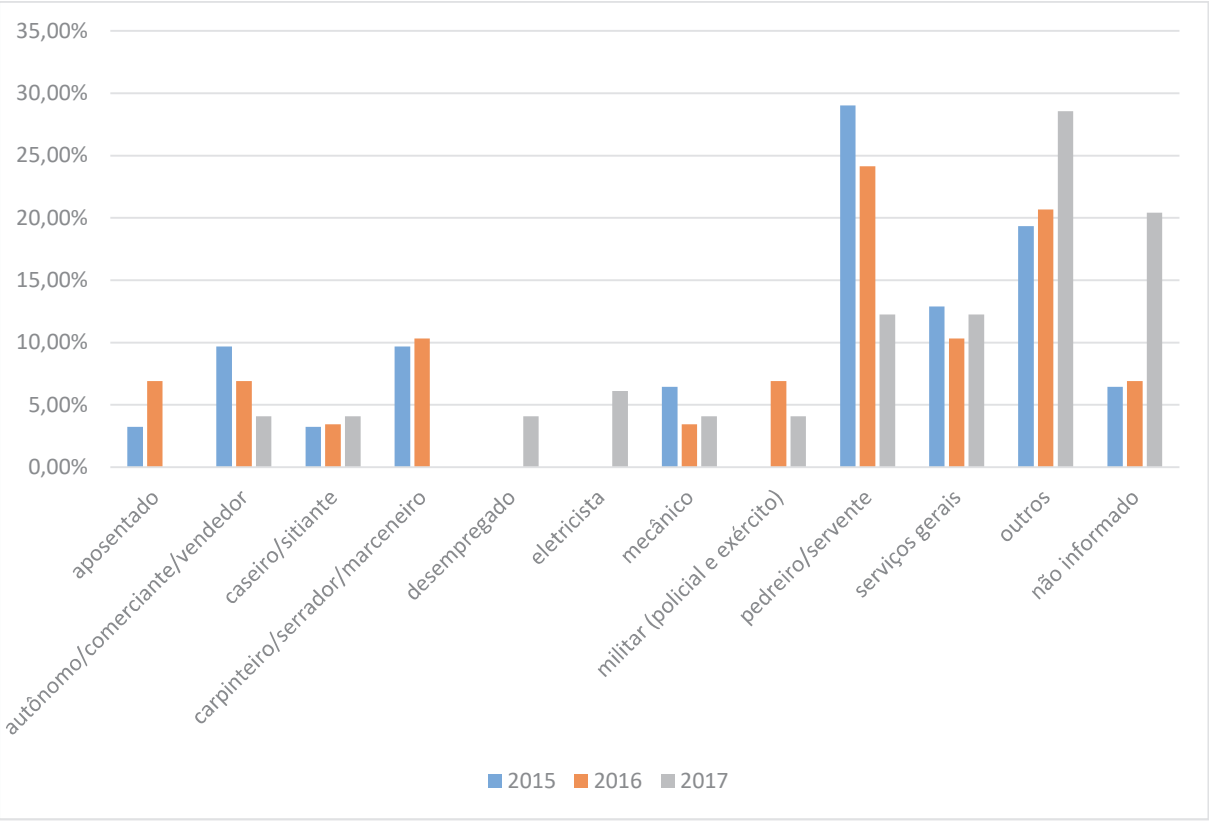


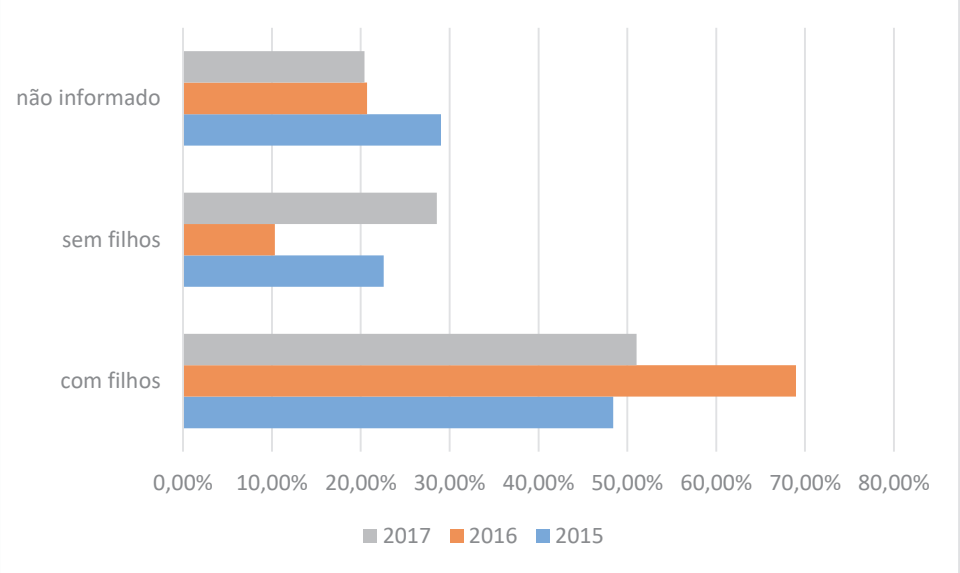
Tabela 45: Agressores e filhos

Agressores e filhos	2015	2016	2017
com filhos	15	20	25
sem filhos	7	3	14
não informado	9	6	10

Tabela 46: Percentual agressores e filhos

Agressores e filhos	2015	2016	2017
com filhos	48,39%	68,97%	51,02%
sem filhos	22,58%	10,34%	28,57%
não informado	29,03%	20,69%	20,41%

Gráfico 19: Percentual agressores e filhos



CONTEXTO DA AGRESSÃO

Quanto ao contexto da agressão a pesquisa demonstrou que:

- Mais de 30% das agressões resultaram em morte.
- O ano de 2016 concentrou cerca de 25% dos casos estudados.
- Os meses de maior incidência são novembro, maio e julho com quase 40% dos casos.

- Mais da metade das agressões são cometidas no final de semana (sexta, sábado e domingo).
- A zona urbana apresentou aproximadamente 87% dos casos.
- A residência da vítima foi o local da agressão em mais de 66% dos casos.
- O principal meio utilizado na agressão é a arma branca (faca, terçado, punhal) com quase metade das ocorrências. Em segundo lugar a arma de fogo em mais de 34% dos casos.

Apresentamos abaixo os gráficos e tabelas relacionados aos dados mencionados:

Tabela 47: Resultado da agressão

Resultado da agressão	2015	2016	2017
tentativa	19	14	38
morte	10	15	11

Tabela 48: Percentual do resultado da agressão

Resultado da agressão	2015	2016	2017
tentativa	65,52%	48,26%	77,55%
morte	34,48%	51,74%	22,45%

Gráfico 20: Percentual do resultado da agressão

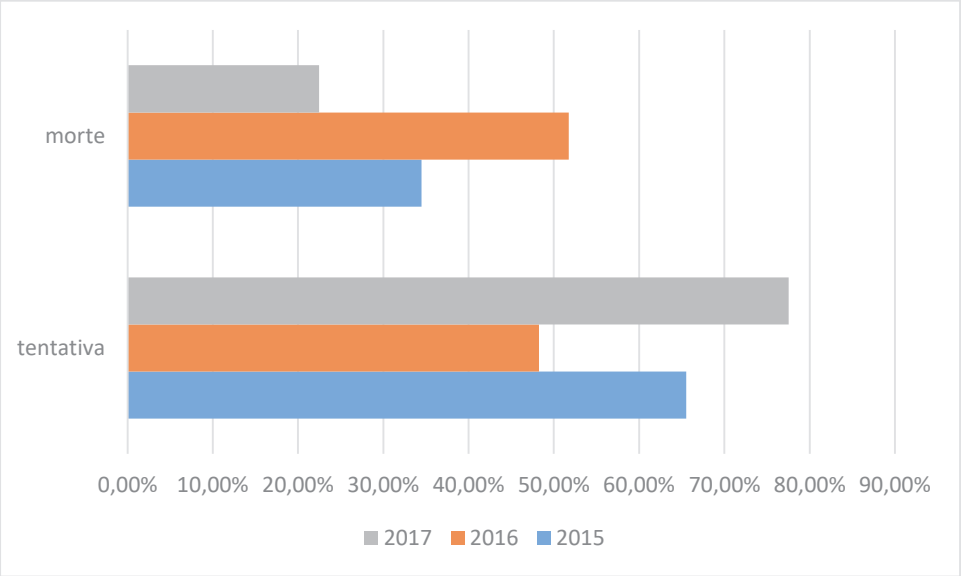


Tabela 49: Ano da agressão

Ano da agressão	2015	2016	2017
2011	0	0	1
2012	2	1	3
2013	5	1	4
2014	8	3	2
2015	14	8	1
2016	0	16	11
2017	0	0	24

Obs. A pesquisa trabalhou com os processos iniciados entre 2015 a 2017, no entanto, não quer dizer que a agressão ocorreu nesses anos. Assim, colheu-se a informação para aferir o ano da ocorrência da agressão.

Tabela 50: Percentual do ano da agressão

Ano da agressão	2015	2016	2017
2011	0,00%	0,00%	2,17%
2012	6,90%	3,45%	6,56%
2013	17,24%	3,45%	8,68%
2014	27,58%	10,34%	4,34%
2015	48,28%	27,59%	2,17%
2016	0,00%	55,17%	23,91%
2017	0,00%	0,00%	52,17%

Gráfico 21: Ano da agressão

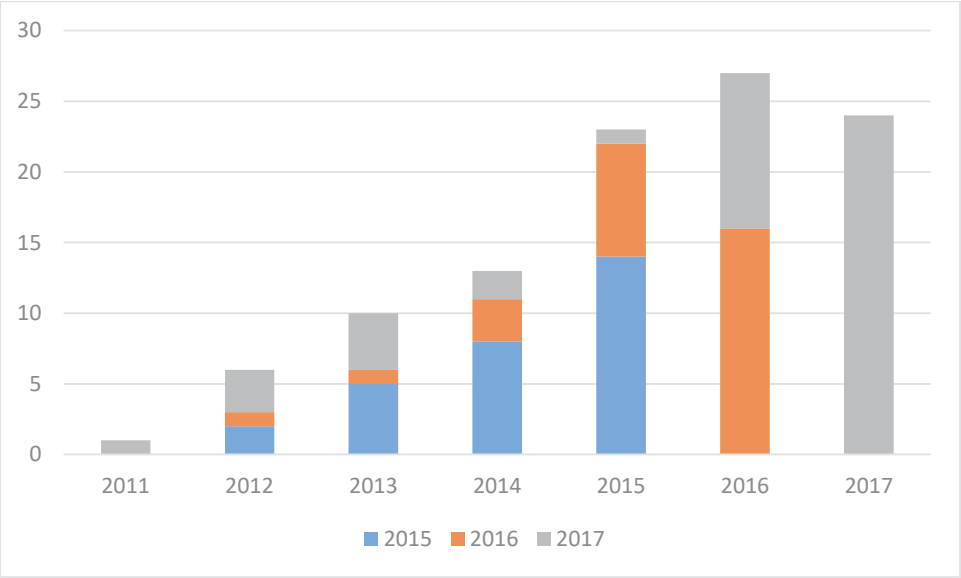


Tabela 51: Mês da agressão

Mês da agressão	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
janeiro	0	1	0	0	1	4	2
fevereiro	0	0	0	0	2	0	6
março	0	1	0	0	1	1	2
abril	0	0	3	1	3	2	1
maio	1	0	0	2	2	4	3
junho	0	1	1	0	1	1	4
julho	0	1	1	1	2	5	2
agosto	0	0	1	0	2	1	1
setembro	0	0	0	2	1	1	0
outubro	0	0	0	1	3	4	1
novembro	0	2	3	3	3	3	2
dezembro	0	0	1	3	2	1	0

Obs. Foi destacado o mês em que a agressão ocorreu em conjunto com o ano de sua ocorrência para possibilitar correlações com eventos públicos, nacionais ou internacionais.

Gráfico 22: Mês da agressão

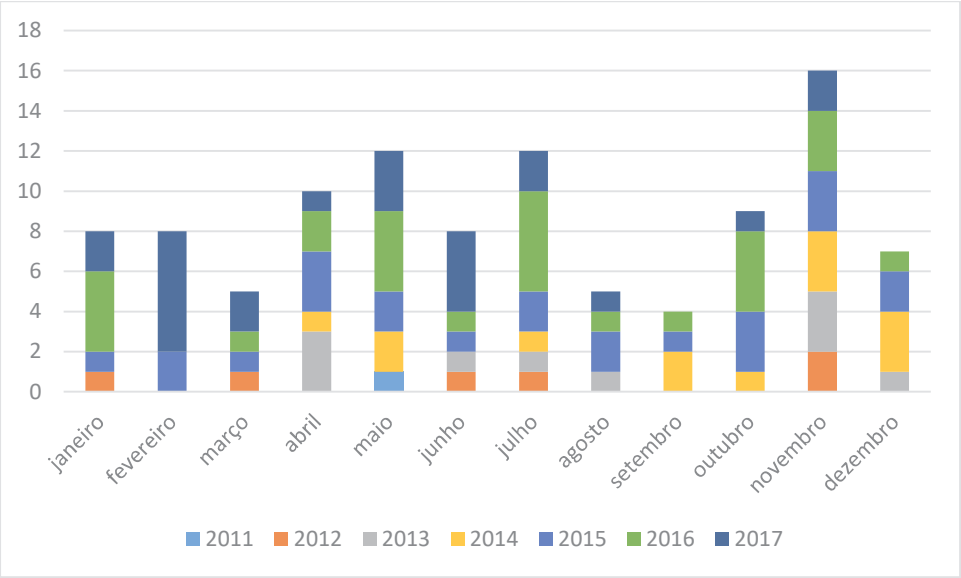


Gráfico 23: Evolução mês da agressão

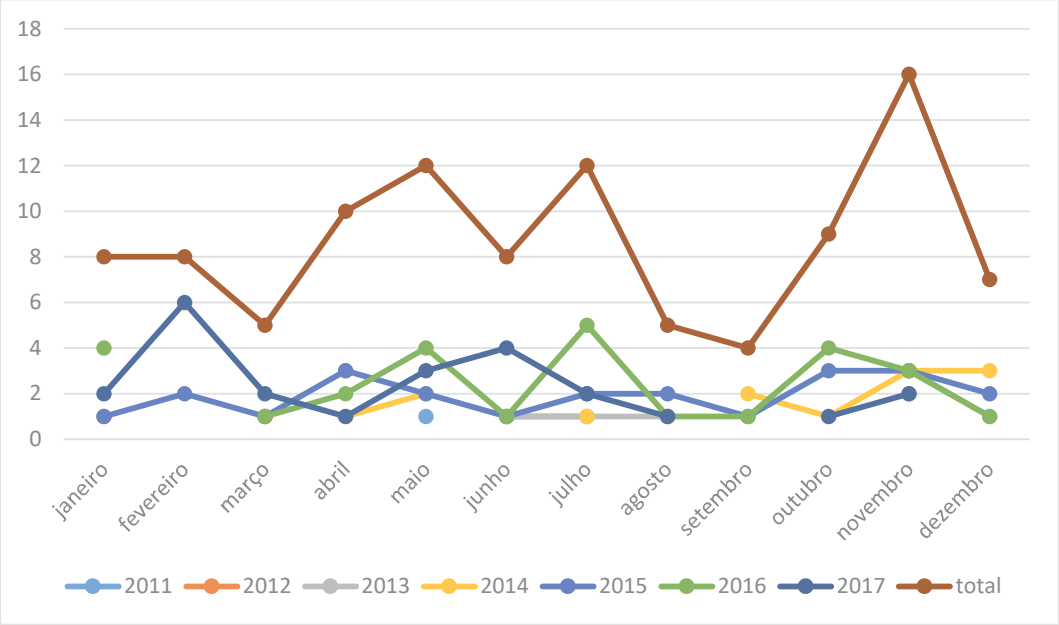


Tabela 52: Dia da agressão

Dia da agressão	2015	2016	2017
domingo	7	7	9
segunda	4	0	9
terça	3	3	6
quarta	3	5	4
quinta	1	5	4
sexta	5	6	6
sábado	6	3	8

Tabela 53: Percentual dia da agressão

Dia da agressão	2015	2016	2017
domingo	24,14%	24,14%	19,56%
segunda	13,79%	0,00%	19,56%
terça	10,35%	10,35%	13,04%
quarta	10,35%	17,24%	8,70%
quinta	3,45%	17,24%	8,70%
sexta	17,24%	20,68%	13,04%
sábado	20,68%	10,35%	17,39%

Gráfico 24: Dia da agressão

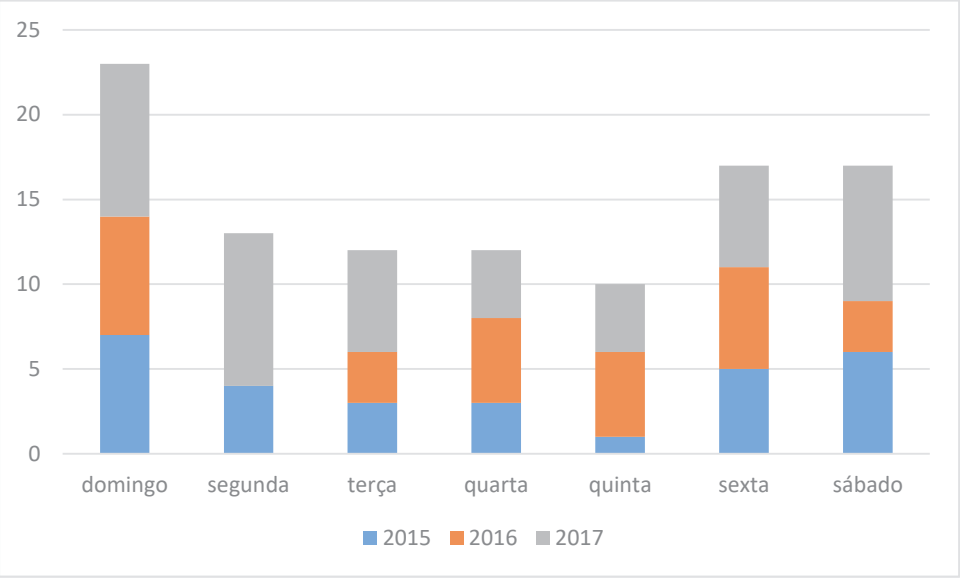


Tabela 54: Zona de ocorrência da agressão

Zona de ocorrênica da agressão	2015	2016	2017
rural	2	6	5
urbana	27	23	41

Tabela 55: Percentual da zona de ocorrência da agressão

Zona de ocorrênica da agressão	2015	2016	2017
rural	6,90%	20,69%	10,87%
urbana	93,10%	79,31%	89,13%

Gráfico 25: Zona de ocorrência da agressão

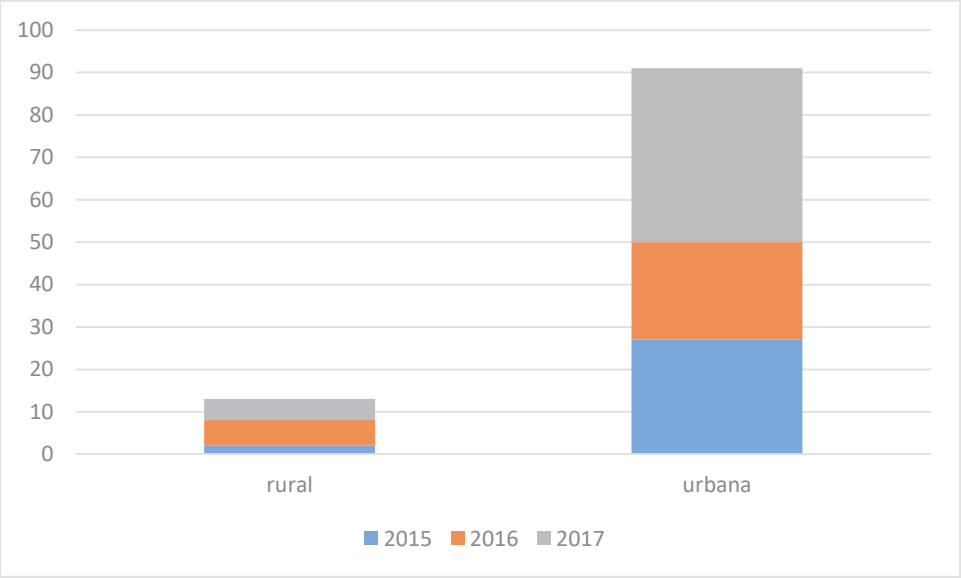


Tabela 56: Local da agressão

Local da agressão	2015	2016	2017
residência da vítima	19	19	31
residência do agressor/terceiro	2	1	6
bar/danceteria	3	2	1
em frente ao local de trabalho/residência	3	1	1
espaço público	2	6	7

Tabela 57: Percentual do local da agressão

Local da agressão	2015	2016	2017
residência da vítima	65,52%	65,52%	67,39%
residência do agressor/terceiro	6,90%	3,44%	13,04%
bar/danceteria	10,34%	6,90%	2,17%
em frente ao local de trabalho/residência	10,34%	3,44%	2,17%
espaço público	6,90%	20,70%	15,23%

Gráfico 26: Local da agressão

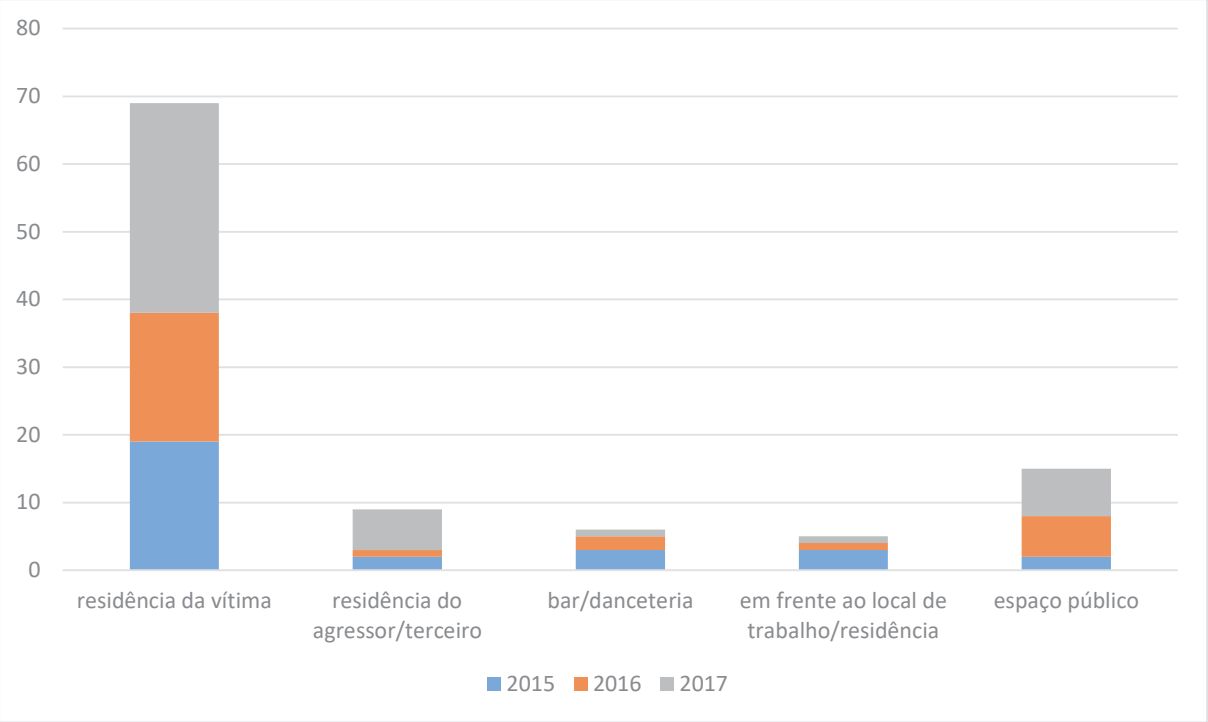


Tabela 58: Meios utilizados

Meios utilizados	2015	2016	2017
arma branca	14	18	19
arma de fogo	8	8	20
fogo	1	1	1
outros	6	2	6

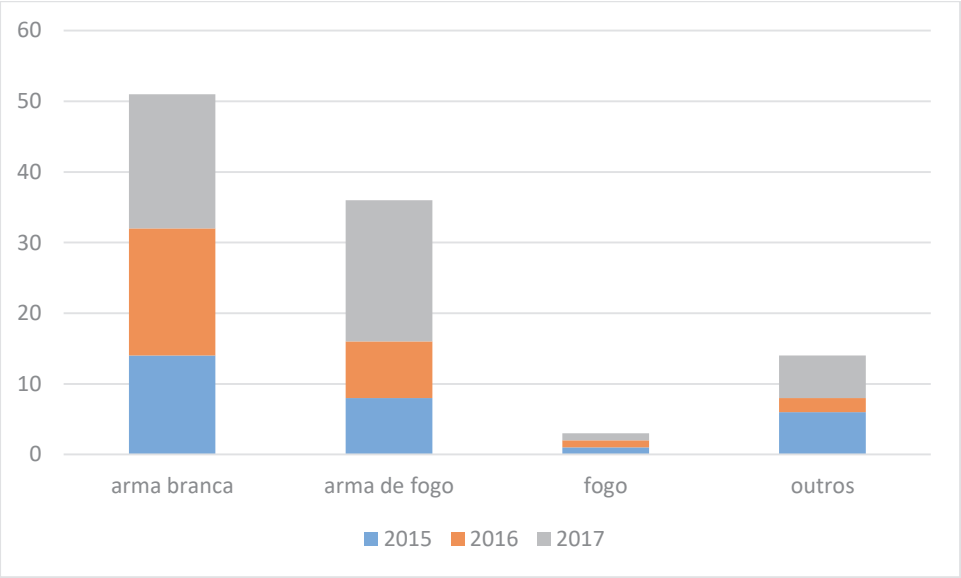
Obs. 1: Como arma branca estão incluídos a faca, terçado e punhal.

Obs. 2: Em outros estão a utilização de travesseiro, fio e atadura.

Tabela 59: Percentual dos meios utilizados

Meios utilizados	2015	2016	2017
arma branca	48,27%	62,07%	41,31%
arma de fogo	27,59%	27,59%	43,48%
fogo	3,44%	3,44%	2,17%
outros	20,70%	6,90%	13,04%

Gráfico 27: Meios utilizados



CONSIDERAÇÕES

A partir das constatações decorrentes da pesquisa passamos a fazer algumas considerações. Cumpre lembrar que a lei do feminicídio alterou o Código Penal, incluindo o feminicídio como uma das modalidades de homicídio qualificado, e entrou em vigor em 10 de março de 2015.

Observamos que cerca de 20% dos processos iniciados nas Varas do Júri da comarca de Porto Velho apresentam pelo menos uma vítima do sexo feminino. E ainda que a utilização da qualificadora do feminicídio nas denúncias do Ministério Público é crescente, embora a média de processos com vítimas do sexo feminino permaneça próxima, ao passo que há diminuição das demais qualificadoras.

Os dados indicam que o feminicídio sempre ocorreu na região, contudo, antes era tratado como homicídio qualificado, de forma genérica, ou nem isso.

Assim, revela-se a importância maior da tipificação do feminicídio que é em relação ao destaque dos casos, uma vez que permite o estudo do fenômeno para melhorar as estratégias para o combate.

Em reforço da necessidade de tipificação, temos que somente no primeiro ano em que a lei entrou em vigor (2015), houve mais de 77% de condenação nos casos de feminicídio.

O crime de feminicídio possui penas duras, de vários anos, tanto que a média para os crimes consumados ultrapassam os 15 anos de reclusão, enquanto que para a tentativa é superior a 7 anos.

A pena mais dura também deve motivar os gestores no combate a esse tipo de crime, pois o já “inchado” sistema prisional não tem capacidade de comportar mais uma série de agressores de crimes considerados “domésticos”, ainda mais que podem ser evitados se houver a conscientização e mudanças na cultura do patriarcado.

Além disso, apesar das penas mais duras, parece que esse fato não assusta os agressores, porque ainda não houve diminuição do número de casos, exigindo outras medidas por conta dos gestores e governantes.

Em quase 80% dos casos a vítima foi atacada exclusivamente, demonstrando que nesse tipo de crime há o direcionamento exclusivo à mulher, refletindo a vulnerabilidade do seu sexo nessas circunstâncias. Ademais, o cenário demonstra

que a luta é quase que solitária da mulher, acentuando a necessidade de investimentos e políticas públicas de combate do governo e da sociedade civil.

Em relação as características das vítimas, foram constatadas que em sua maioria vítimas jovens, uma vez que mais de 50% das mulheres estão na faixa etária de 18 a 32 anos.

É importante chamar a atenção do gestor que nessa idade a mulher está em plena capacidade produtiva. Portanto, é interesse do Estado de forma dupla: tanto pela preservação da integridade física e psicológica de suas cidadãs, como também pela capacidade produtiva/econômica. Além do cuidado e geração de filhos.

Mais da metade das vítimas possuía o estado civil de solteira, que pode ser justificada por duas razões: a) pelo fim ou a existência de relacionamentos não oficializados (união estável). Assim, a mulher logo ao encerrar o relacionamento ou mesmo dentro dele, se considera como “solteira”, enquanto alguns agressores se denominaram como “conviventes” da vítima que não indicaram o mesmo estado civil; b) a mulher solteira é mais vulnerável ou mais fácil de atacar/agredir, decorrência da cultura do patriarcado.

A zona 4 de Porto Velho (bairros: Aponiã, Juscelino Kubitschek, Tiradentes, Cascalheira, Cuniã, Escola de Polícia, Igarapé, Lagoinha, Planalto, Tancredo Neves, Teixeirão, Três Marias, Pantanal, Esperança da Comunidade e Maringá) comporta a residência de 25% das vítimas.

Com base nessa informação podem ser dirigidos maiores investimentos na região específica, como maior disponibilização de rondas policiais, policiamento comunitário ou até mesmo unidade de delegacia. Também investimentos sociais como esporte, cultura, lazer e educação.

Especialmente porque as mazelas sociais acompanham o cometimento de violência, tanto que 11% das vítimas não eram sequer escolarizadas e 55% apenas com o ensino fundamental. Além da ausência de educação formal, há também a ausência de renda para 25% das vítimas que estavam com profissão de “do lar”, estudante ou desempregada. Ou seja, a educação e profissionalização das vítimas é fator que diminui a violência, inclusive a doméstica.

A pesquisa ainda indicou que cerca de 74% das vítimas possui ao menos um filho e que em 52%, os filhos são comuns ao agressor. Ainda que esses filhos são crianças em cerca de 65% com idade de até 11 anos, e a maior prevalência é a faixa etária de 2 a 5 anos.

Aliado ao fato dessas mulheres serem mães, pouca escolaridade e baixa renda, sugerimos que seja realizado um mapeamento de existência de creches comunitárias ou públicas nas zonas com maior incidência. De forma que permita a continuidade dos estudos e a profissionalização, ao mesmo tempo em que essas crianças estejam em local seguro e próprio. Isso visando uma cultura de prevenção, já numa visão de reparação para os casos ocorridos, é necessário chamar a atenção da necessidade de tratamento psicológico e social dessas crianças, que presenciaram o cometimento de violência contra a mãe e por vezes cometida pelo próprio pai ou padrastro.

Há de se ressaltar que quando da condenação do genitor que cometeu feminicídio contra a mãe, os filhos ficam ou com parentes ou entregues a própria sorte. Isso reforça a importância ao combate desse crime, torna claro que o combate a violência é uma questão pública.

Sobre os agressores, a pesquisa confirmou que em sua maioria esmagadora – mais de 93% dos casos, os agressores são do sexo masculino, comprovando a ideia da cultura do patriarcado e a dominação masculina. Entendimento reforçado pela informação de que aproximadamente 61% dos agressores tiveram relação amorosa com as vítimas, o que a doutrina classifica como femicídio íntimo.

Os agressores são jovens com faixa etária de 23 a 27 anos com quase 22% e dos 18 a 22 anos com 19,27% dos casos, ou seja, são mais jovens até mesmo que a média das vítimas. Aqui levanta-se a mesma questão sobre as vítimas: os agressores estão em plena capacidade produtiva/econômica revelando que os gestores têm uma razão a mais para preocupar-se com a questão.

O fato de serem muito jovens também chama a atenção para o aspecto emocional desses homens, se o cometimento dessa violência não está ligado a repetição de padrões, ao provar para a sociedade machista o que é “ser homem”. Sobre a questão da cultura do patriarcado e sociedade machista, fala-se sobre o que é esperado da conduta da mulher, mas é inegável que se cobra uma postura do homem dentro dessa sociedade.

Disso decorre a necessidade sobre o debate sobre patriarcado, machismo e relações afetivas a ser levado às escolas principalmente, para a formação de homens e mulheres mais esclarecidos e não repetidores de padrões.

Em relação ao estado civil, mais de 48% dos agressores declararam estar em uma união estável, número superior ao das vítimas. Conforme já mencionado, isso

pode ser em razão da não aceitação do término, e talvez para manter a posse sobre a mulher.

Foi constatado que 37% dos agressores residiam com a vítima, corroborando a questão do gênero, uma vez que boa parte das vítimas estava literalmente “dormindo com o inimigo”. Assim, é necessário afastar a ideia de que a violência doméstica é questão privada, uma vez que os femicídios são cometidos em boa medida por agressores que dividem a residência com a vítima.

Aspecto curioso indicado pela pesquisa é de que os agressores residem em sua maioria na mesma zona urbana das vítimas, a zona 4, composta pelos bairros: Aponiã, Juscelino Kubitschek, Tiradentes, Cascalheira, Cuniã, Escola de Polícia, Igarapé, Lagoinha, Planalto, Tancredo Neves, Teixeirão, Três Marias, Pantanal, Esperança da Comunidade e Maringá. Portanto, mais uma vez essa região da cidade deve ser prioritária em investimentos sociais.

Os agressores, apesar de possuírem baixa escolaridade, 8% não escolarizados e 63% com o ensino fundamental, ainda apresentam escolaridade maior que as vítimas. De toda forma, urge a questão da educação.

A profissão de maior recorrência foi a de pedreiro ou servente, com média de 23% dos agressores. Diante dessa informação para o combate da violência, uma das medidas a ser adotada são trabalhos específicos com esse grupo. Pode ser estudada a formação de parcerias para palestras e trabalhos em obras e construtoras.

Mais de 70% dos agressores possuem filhos, o que reforça a necessidade de acolhimento e tratamento psicológico e assistencial desses filhos.

Sobre o contexto da agressão, foi observado que 1 em cada 3 femicídios há o resultado de morte, acentuando que deve ser dada a atenção necessária aos casos.

Ainda houve a constatação de que dos casos estudados (processos iniciados em 2015 a 2017) cerca de 25% dos casos ocorreu em 2016 e que os meses de maior incidência são novembro, maio e julho, com 40% dos casos. As razões não restaram esclarecidas, o que pode motivar pesquisas futuras para indicar os possíveis motivos e relacioná-los com os acontecimentos locais e nacionais.

Mais da metade das agressões são cometidas no final de semana (sexta, sábado e domingo) e em 66% dos casos, na residência da vítima. O que intensifica a ideia de que os profissionais de segurança estejam em prontidão especialmente nesses dias. Assim, a importância de equipes profissionais tanto para a prevenção como o de ação nos casos de ocorrência.

A zona urbana apresentou mais de 87% dos casos, ou seja, a violência contra a mulher também ocorre na zona rural (13%), no entanto, em menor proporção.

O meio mais utilizado é a arma branca, especialmente a faca, demonstrando que o agressor expõe o poder/dominação sobre a vítima. Em segundo lugar, a arma de fogo em mais de 34% dos casos, índice que pode crescer, em decorrência da maior facilitação ao acesso a essas armas devido as novas políticas nacionais.

Por fim, importa pontuar que não se pretende esgotar a discussão em toda a dimensão e profundidade que o tema requer. Isso porque cada dado da pesquisa é capaz de proporcionar discussões em vários aspectos, como sociológicos, jurídicos, filosóficos, psicológicos, e relacioná-los com questões de saúde, segurança, economia, educação e tantos outros desdobramentos que podem ser levantados.

RECOMENDAÇÕES

Algumas recomendações práticas que podem ser oferecidas depois do estudo e sistematização dos dados são:

- Disponibilizar rondas policiais, policiamento comunitário ou até mesmo unidade de delegacia, especialmente na zona 4 de Porto Velho;

- Proceder com investimentos sociais como esporte, cultura, lazer e educação, preferencialmente na zona 4 de Porto Velho;

- Fazer um mapeamento do número e da localização de creches comunitárias ou públicas e promover a construção, caso haja deficiência;

- Oferecer tratamento psicológico e social aos filhos das vítimas e agressores;

- Promover o debate sobre patriarcado, machismo e relações afetivas a ser levado às escolas, desde as séries iniciais;

- Realizar palestras e trabalhos em obras e construtoras;

- Assegurar a prontidão de equipes de profissionais da segurança e de acolhimento aos finais de semana;

- Ter as cautelas possíveis em relação a comercialização e fiscalização de armas de fogo.